

OUVIR TODO O PAÍS PARA CONSTRUIR O CONSENSO NACIONAL

A participação das comunidades rurais no Diálogo Nacional Inclusivo

Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, Presidente da República de Moçambique;

Distintos Convidados;

Excelências;

Todo o protocolo observado;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Permitam-me começar por uma ideia fundamental: o Processo de Diálogo Nacional Inclusivo representa uma evolução qualitativa na forma como Moçambique procura construir consensos sobre o seu presente e o seu futuro.

Os processos anteriores tiveram, em grande medida, uma lógica centrada nos principais actores políticos. Por exemplo, tanto o Acordo Geral de Paz celebrado em 1992 em Roma (Itália) como o Acordo de Cessação Hostilidades de 2014 e o Acordo de Maputo para a Paz e Reconciliação de 2019 resultaram das negociações entre o Governo da República de Moçambique e a RENAMO.

O processo actual procura ir mais longe: não se trata apenas de alargar o número de interlocutores, mas de envolver toda a sociedade na construção das soluções para os problemas mais prementes do País.

Para que essa inclusão seja efectiva, ela tem de ter em conta a dimensão territorial. É que a maioria dos moçambicanos vive sobretudo nas zonas rurais - Postos Administrativos, Localidades e Povoações.

Portanto, estamos a falar de cidadãos com realidades próprias, que precisam de ser ouvidos directamente.

Nem sempre aquilo que, nos centros urbanos e, particularmente, na capital, é identificado como a melhor resposta para o sistema político é percebido da mesma forma pelas comunidades rurais - as prioridades e as percepções podem ser diferentes.

O diálogo não pode ser construído apenas a partir do centro para a periferia, é necessário ouvir e identificar convergências e diferenças.

O objectivo não é fazer prevalecer uma visão sobre outra, mas encontrar o equilíbrio necessário para alargar os consensos e conferir maior legitimidade às decisões.

A distância geográfica não pode transformar-se em distância democrática

É neste contexto que se insere a Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo, a COTE, criada para assegurar uma condução técnica, organizada e participativa deste processo.

A sua missão é contribuir para que o Diálogo Nacional Inclusivo ultrapasse a lógica de um processo limitado aos principais actores políticos e se transforme num verdadeiro exercício nacional de auscultação, reflexão e construção de

soluções, envolvendo os diferentes segmentos da sociedade moçambicana e ouvindo as suas preocupações, percepções, propostas e expectativas.

Foi a partir desta responsabilidade que a COTE estruturou o processo, tanto no território nacional como na diáspora, em duas fases: primeiro, a auscultação, destinada a ouvir preocupações, percepções, propostas e expectativas; depois, as audições públicas sobre três cenários de solução, estando esta segunda fase em conclusão junto das comunidades moçambicanas na diáspora.

A primeira fase foi a de auscultação dos cidadãos residentes nas zonas urbanas bem como nas zonas rurais - Postos Administrativos, Localidades e Povoações recorrendo as línguas locais para garantir que todos falassem, fossem ouvidos e contribuíssem.

Nesta fase, a COTE apresentou dez áreas temáticas: assuntos constitucionais; eleitorais; fiscais; económicos; Administração Pública e despartidarização; recursos naturais; Justiça; Segurança; Reconciliação e Unidade Nacional; e Descentralização.

A participação foi expressiva, mas notou-se uma diferença importante à respeito das prioridades.

É que nos centros urbanos os cidadãos concentraram-se mais nas reformas constitucional, eleitoral, económica, da Justiça e fiscal enquanto que no meio rural, embora também tenham sido levantadas questões relativas aos recursos naturais, fiscalidade, descentralização, eleições, Justiça e segurança; ganhou maior destaque preocupações mais imediatas: água e energia, saúde, formação técnico-profissional, vias de circulação, sementes e outros insumos agrícolas, comercialização agrícola, segurança, emprego juvenil e combate à corrupção.

Esta diferença não significa ausência de interesse pelas reformas, significa que, para muitas comunidades, a reforma institucional é percebida a partir dos seus efeitos concretos sobre a vida quotidiana.

O desafio é encontrar o equilíbrio entre a agenda das reformas e as expectativas das populações; entre a transformação institucional que o País procura e a necessidade de responder às condições de vida que afectam directamente os cidadãos.

Com base nas preocupações, percepções, propostas e expectativas recolhidas na auscultação, a COTE sistematizou as principais questões e construiu três cenários: O primeiro cenário propõe a continuidade do modelo actual, com os ajustamentos necessários. O segundo prevê uma reforma moderada, preservando elementos essenciais do modelo vigente. O terceiro contempla uma reforma profunda, com uma transformação mais substancial do modelo actual.

A COTE não antecipa nem condiciona a escolha do cenário que deve prevalecer, o seu papel é ouvir, analisar e sistematizar as contribuições e, com base nelas, seleccionar um cenário ou combinar elementos de dois ou dos três. O percurso é claro: auscultar, sistematizar, apresentar cenários, ouvir novamente, seleccionar ou combinar soluções e formular a proposta final. É assim que a participação passa a ter incidência efectiva sobre o resultado.

A COTE reconhece os desafios desta opção: transparência na participação, coerência metodológica, rigor e rastreabilidade na recolha e

sistematização das contribuições, participação efectiva de mulheres, jovens, líderes comunitários e tradicionais, líderes religiosos, sociedade civil e outros segmentos, preservando a neutralidade.

Mas estes desafios não podem limitar a participação.

Devem ser enfrentados com maior rigor, melhor organização e maior responsabilidade institucional.

A perspectiva da COTE é clara: o diálogo deve ser inclusivo na origem, territorial na participação, participativo na escolha das soluções e nacional na consolidação dos seus resultados. Se os diálogos anteriores procuraram aproximar actores em conflito para alcançar a paz, o desafio de hoje é mais amplo: transformar consensos políticos em consensos sociais e territorialmente apropriados.

Por isso fomos aos Distritos, Postos Administrativos, Localidades e Povoações; por isso utilizámos as línguas locais; por isso ouvimos a diáspora.

Depois de ouvir o País, estamos a voltar aos cidadãos para lhes apresentar alternativas e perguntar qual das soluções ou combinação de soluções responde melhor aos desafios identificados.

Porque o consenso nacional não significa que todos pensem da mesma maneira, significando encontrar soluções que possam ser reconhecidas, compreendidas e apropriadas por uma sociedade diversa; um verdadeiro

Diálogo Nacional Inclusivo deve perguntar não apenas «Quem deve dialogar?», mas também «Quem deve ser ouvido, onde deve ser ouvido e como devem as suas contribuições influenciar o resultado final».

É esse o compromisso da COTE: ouvir todos, em todo o território nacional e para além dele; transformar essa escuta em conhecimento sistematizado; e transformar esse conhecimento em propostas capazes de construir consensos nacionais mais amplos, legítimos e duradouros.

Porque a legitimidade não se proclama.

Constrói-se ouvindo, incluindo e, sobretudo, fazendo com que a voz dos cidadãos tenha consequência no resultado.

Muito obrigado.

Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo (COTE).